



RESOLUÇÃO 161 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui a Auditoria Interna das atividades administrativas nos Conselhos Federal (CFT) e Regionais CRT's de Técnicos Industriais, aprova seu Regulamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno do CFT, faz saber que o Plenário do Conselho Federal dos Técnicos Industriais deliberou em sua Sessão Plenária Ordinária nº 22, nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2021, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT zelar para que as atividades do CFT e dos CRT's sejam exercidas com rigorosa observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e transparência;

CONSIDERANDO a incipiência de controle na estrutura organizacional do Sistema CFT-CRT's na área de auditoria, em contraponto ao objetivo estratégico da instituição de aperfeiçoar a estrutura normativa e operacional de suporte ao controle interno;

CONSIDERANDO a obrigação legal e regimental do CFT de supervisionar a gestão nos Conselhos Regionais a ele vinculados, na defesa do patrimônio público sob sua responsabilidade, no controle da arrecadação, das despesas e da transparência, por meio de auditorias internas, correições e prevenção que busquem assegurar excelência na gestão dos recursos disponíveis sob o primado da integridade e acessibilidade;

CONSIDERANDO o Acórdão TCU-2622/2015-P, que trata, dentre outros assuntos, da subordinação do Controle Interno e da Auditoria Interna a órgão colegiado superior da entidade;



CONSIDERANDO o Parágrafo Único do Art. 7º da Resolução nº 078/2019, Regimento Interno do CFT, onde consta que as atribuições dos cargos deverão ser regulamentadas em normativo específico;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Auditoria Interna no âmbito do Sistema CFT - CRT's com o objetivo de avaliar, de forma sistêmica, temas e objetos de execução orçamentária e financeira dos diversos setores de gestão, na forma desta Resolução.

Art. 2º - Aprovar o Regulamento da Auditoria Interna do CFT, na forma constante do Anexo I, que integra esta Resolução.

Art. 3º - A Auditoria Interna ora instituída deverá apresentar, no prazo de 30 dias, após a realização das auditorias de gestão e contábil no Sistema CFT – CRT's, de forma consolidada, o Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, Contábeis e Financeiros do Sistema CFT - CRT's, para aprovação da Diretoria *ad referendum* do Plenário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Técnico em Edificações WILSON WANDERLEI VIEIRA

Presidente do CFT



ANEXO I

REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

CAPÍTULO I

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 1º - A Auditoria Interna, **vinculada hierarquicamente à Diretoria Executiva do Conselho Federal**, atuará no controle interno das atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial do **CFT** e dos Conselhos **Regionais** avaliando, analisando e coordenando os diversos aspectos **da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia**.

Art. 2º - A instituição da Auditoria Interna **não exime os titulares das chefias do CFT** e dos Conselhos **Regionais** da **responsabilidade individual** de controle no exercício de suas funções, nos limites das respectivas áreas de competência, observada a legislação em vigor e as normas expedidas pelo **CFT**.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 3º - São **objetivos** da Auditoria Interna, no âmbito do **Sistema CFT- CRT's**:

I - Realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos setores administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional do **Sistema CFT - CRT's**, com vistas a **verificar a legalidade e legitimidade dos atos** de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;



II - Supervisionar o cumprimento das disposições e princípios de ordem constitucional, legal e infralegal aplicáveis à Administração Pública;

III - Acompanhar a execução do orçamento, do planejamento estratégico, dos planos de ação e dos programas de trabalho, visando à utilização regular e racional dos recursos e bens públicos, bem como avaliar os resultados obtidos pelos administradores;

IV - Prover orientação aos gestores com vistas à racionalização da execução da despesa, à eficiência, à transparência e à eficácia da gestão;

V - Orientar e subsidiar as unidades hierarquizadas responsáveis pelo planejamento, orçamento e programação financeira;

VI - Zelar pela fiel observância das normas legais e regimentais na prática dos atos de administração;

VII - Colaborar com as ações administrativas de aperfeiçoamento de métodos e técnicas de gestão;

VIII - Zelar pela observância dos sistemas organizacionais, funcionais e operacionais estabelecidos;

IX - Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo exercido pelos órgãos competentes.

Seção I

Do Controle Interno

Art. 4º - O sistema de controle interno deverá estruturar-se a fim de contribuir para que a alta administração do **Sistema CFT- CRT's atinja os objetivos e metas estabelecidas** com clareza e confiabilidade nos registros, atos e fatos da gestão, eficiência operacional e aderência às políticas de gestão prescritas na Constituição, nas leis e nas normas expedidas pelo **CFT**.

Art. 5º - O controle interno será realizado nas seguintes modalidades:

I - Preventivo, a fim de evitar a ocorrência de danos ao patrimônio, erros, desperdícios ou irregularidades, mediante atuação prévia e permanente;



II - Corretivo, mediante ações tempestivas que corrijam e previnam a continuidade ou eliminem ações de desperdícios ou irregularidades nos atos administrativos.

Art. 6º - A Auditoria Interna atuará no âmbito do **Sistema CFT- CRT's** sobre **todas as atividades** administrativas, compreendendo as seguintes áreas:

I - Gestão financeira, orçamentária e contábil, com o objetivo de sistematizar processos de controle na arrecadação de receitas e realização de despesas, por meio do exame dos registros contábeis, da análise e interpretação dos resultados e disponibilidades econômico-financeiras, da prestação de contas e dos relatórios de cumprimento de metas e de gestão;

II - Gestão patrimonial, examinando o procedimento de aquisição, tombamento, distribuição, estoque, contabilização, documentação e baixa dos bens patrimoniais, bem como contratos de aquisição e alienação de bens, de prestação de serviços e, ainda, de execução de obras;

III - Gestão de pessoal, acompanhando a estruturação de cargos, subsídios e vencimentos, provimentos e vacâncias, cadastro, cálculos e registros financeiros;

IV - Gestão operacional, visando a auxiliar os agentes responsáveis na eficiência funcional e na racionalização dos serviços e suas rotinas, por meio da aderência às normas padronizadas de instrumentalização e procedimentos internos;

V - Gestão técnica, consistente na observação, medição e avaliação dos serviços visando à revisão dos métodos e técnicas organizacionais, bem como dos planos, programas, projetos e sistemas estruturados;

VI - Gestão legal, objetivando o fiel cumprimento das disposições legais e regimentais em vigor na prática dos atos de administração.

Art. 7º - O **controle interno** visa o apoio ao gestor, com o objetivo de:

I - Orientar os agentes operacionais **na melhoria** de desempenho e na **uniformização** de procedimentos, para cumprimento das normas legais, infralegais e das decisões superiores;

II - Examinar a documentação oficial sobre aspectos administrativos, patrimoniais, financeiros e contábeis, com o fim de **averiguar a regularidade dos atos e fatos** da gestão;



III – Elaborar e analisar, sistematicamente, relatórios e outros instrumentos de informação oficial das entidades integrantes do **Sistema CFT- CRT's**;

IV - Periciar, para atender a solicitações dos comandos hierarquizados ou determinações do **Controle Externo (TCU/CGU)**.

Art. 8º - Quanto à **forma de execução e registro** de atos e fatos de gestão, o controle interno agirá com as seguintes finalidades:

I - Orientar e treinar o pessoal, nos trabalhos que lhe são afetos, para o fiel cumprimento das normas legais e infralegais, bem como a proposição de eventuais medidas corretivas;

II - Examinar e verificar os documentos relativos a atos e fatos da gestão, quanto aos princípios da legalidade, moralidade e economicidade, considerando as suas condições intrínsecas e extrínsecas;

III - Verificar amplamente os atos e fatos de gestão, por solicitação explícita do **CFT** ou dos **Conselhos Regionais**;

IV - Preparar, examinar os relatórios e adotar medidas recomendadas para **correção de eventuais anomalias apontadas**.

Art. 9º - **Compete à Auditoria Interna, além dos seus objetivos essenciais**, constantes desta Resolução:

I - Verificar o cumprimento, pelos integrantes do sistema CFT- CRT's, dos **princípios** da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

II - Analisar a documentação comprobatória da execução orçamentária e financeira do **CFT e CRTs**;

III - Orientar a execução da prestação de contas anual do **CFT** e das enviadas pelos **Conselhos Regionais** propondo alterações que se fizerem necessárias;

IV - Acompanhar a elaboração e o cumprimento de atos definidores de modelos organizacionais, planos, programas e projetos de estruturação de sistemas de funcionamento, com vistas à viabilidade técnica, econômica e financeira, à legalidade, eficácia e eficiência;



V - Orientar e verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial das unidades administrativas do **CFT**, considerando a responsabilidade pela guarda e aplicação de dinheiro, valores e bens móveis e imóveis do **CFT**, ou sob sua guarda;

VI - Preparar e atualizar manuais de procedimentos, de rotinas técnicas e administrativas, bem como elaborar e sugerir a adoção de **formulários padronizados** para o **Sistema CFT- CRT's**;

VII - Exercer controle sobre os "restos a pagar" e despesas de exercícios anteriores;

VIII - Atender às demandas do Controle Externo nas recomendações específicas ao **Sistema CFT- CRT's**;

IX - Analisar e recomendar correções necessárias ao cumprimento das metas previstas no **Plano de Ação** e nos **orçamentos** do **Sistema CFT - CRT's**, bem como acompanhar e orientar a observância da legislação e exatidão da **classificação** das despesas, de acordo com as normas brasileiras de Contabilidade e o **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)**;

X - Elaborar e submeter à Diretoria Executiva do CFT o Plano Anual de Atividades de Auditoria - PAINT, em consonância com as diretrizes, normas e padrões estabelecidos para a auditoria do serviço público;

XI - Prestar assistência técnica à Diretoria Executiva e ao Plenário em assuntos relacionados à área de controle interno;

XII - Auxiliar e avaliar a proposta orçamentária, suas reformulações, bem como a abertura de **créditos adicionais, especiais ou suplementares**, para exame da Diretoria e aprovação pelo **Plenário do Sistema CFT - CRT's**;

XIII - Avaliar os resultados de programas e ações constantes do **Plano de Ação** anual e do **Planejamento Estratégico** plurianual, quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão;

XIV - Discutir com os auditores os relatórios de auditorias emitidos pela **Auditoria Externa** e levar ao conhecimento da Diretoria do CFT as recomendações constantes destes relatórios;

XV - Emitir pareceres técnicos em matérias de sua competência;



XVI - Promover, ministrar e oferecer cursos e treinamentos a todo o **Sistema CFT - CRT's** visando à qualificação, padronização de procedimentos, atualização e reciclagem de seus agentes e dos procedimentos e rotinas de trabalho;

XVII - Emitir Certificados sobre prestações de contas anuais do **Sistema CFT - CRT's**, com base nos pareceres de auditoria, consubstanciados em relatórios de **auditoria interna ou externa** de cada entidade auditada;

XVIII - Executar os demais **procedimentos pertinentes** às suas atribuições e às demandas da Diretoria Executiva do **CFT**.

Art. 10 - O coordenador da Auditoria Interna, **denominado Auditor Interno**, será empregado efetivo ou comissionado do **CFT**, **competindo-lhe o planejamento, a supervisão e a orientação geral dos trabalhos**, observado o programa aprovado pela Diretoria do CFT.

Art. 11 – A **estrutura** da Auditoria Interna é definida no **Organograma do CFT**.

Seção II

Da Competência da Auditoria Interna

Art. 12 - À Auditoria Interna **compete**:

I – Analisar em todo o Sistema CFT - CRT's, os **processos licitatórios**, inclusive os de dispensa e inexigibilidade de licitação, os contratos, convênios, ajustes ou termos deles decorrentes, **emitindo pareceres técnicos quanto ao cumprimento** dos princípios legais e internos que regem os procedimentos de licitações e contratos administrativos;

II - Avaliar, sistematicamente, a regularidade dos procedimentos e sistemas adotados pelas entidades auditadas na execução rotineira de suas atividades, bem como o **grau de adequação** às exigências legais e às metas estabelecidas;

III - Executar o programa de auditoria interna aprovado e apoiar o **Controle Externo (CGU/TCU)** nas demandas relativas à sua competência;

IV - Coordenar e executar os programas de auditoria interna a serem aplicados no **Sistema CFT – CRT's**;



V - Controlar o fluxo, liberação e prestação de contas dos fundos rotativos (suprimento prévio de despesas) junto aos agentes liberadores e controladores de tais fundos, agindo, se necessário, junto à alta direção do órgão quanto à aplicação de medidas corretivas e/ou punitivas;

VI - Realizar auditorias, inspeções, monitoramentos e levantamentos nos setores **administrativo, contábil, financeiro, operacional e patrimonial** do **Sistema CFT - CRT's**, com vistas a verificar a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a eficácia dos atos de gestão;

VII - Elaborar o Plano Anual de Atividade de Auditoria - PAINT, encaminhando-o a a Diretoria do CFT para análise e aprovação;

VIII - Realizar auditorias pontuais no **CFT** e nos Conselhos **Regionais**, quando **solicitadas e autorizadas** pela Diretoria do CFT indicando achados relacionados com o objeto auditado e recomendando medidas que devam ser adotadas para a **correção de eventuais falhas** encontradas;

IX - Acompanhar os processos de Tomada de Contas Especial (**TCE**), instaurados pela Diretoria do CFT para apuração de responsabilidade, bem como as providências relacionadas ao **ressarcimento por danos imputados**;

X - Acompanhar medidas relacionadas às recomendações apontadas nos relatórios de auditoria, em decorrência de impropriedades ou irregularidades eventualmente detectadas, propondo, quando for o caso, encaminhamento à autoridade competente relacionada;

XI - Atuar, de forma profissional e ética, obedecendo aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, economicidade e eficiência;

XII - Receber e analisar relatórios financeiros, demonstrações contábeis e outras demandas de sua competência, encaminhados pelo **CFT** ou pelos Conselhos **Regionais**;

XIII - Acompanhar a utilização, contabilização e prestação de contas dos recursos provenientes de **contratos e convênios** no âmbito do **Sistema CFT- CRT's**;

XIV - Emitir relatórios de auditoria sobre as prestações de contas anuais do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais;



XV - Executar demais procedimentos relacionados às **funções de auditoria** interna.

Art. 13 - Fiscalizar os procedimentos a serem observados pelo **Sistema CFT- CRT's**, nos termos da **Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI)**, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216](#) da Constituição Federal, com as seguintes diretrizes:

I - Observância da publicidade, como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - Divulgação das informações de interesse público, geradas pelos Sistema CFT - CRT's independentemente de solicitações;

III - Assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

IV - Proteger a informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridades; e

V - Proteger a informação sigilosa e a informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Art. 14 - A Auditoria Interna atuará:

I - Ordinariamente, de acordo com o plano de atuação **PAINT** aprovado pela **Diretoria Executiva do CFT**;

II - Por solicitação expressa dos órgãos integrantes do **Sistema CFT- CRT's**, deferida pela Diretoria do CFT.

III - Por determinação do Plenário e/ou da Diretoria do CFT ou por solicitação formal de órgão interno do **CFT**, mediante **autorização** da Diretoria do CFT com a indicação dos fins e da extensão dos trabalhos a serem realizados.



Art. 15 - A Auditoria Interna, para consecução dos trabalhos de auditoria e outros, **poderá contar com o apoio de:**

- I - Técnicos** componentes do quadro de pessoal do **Sistema CFT- CRT's;**
- II - Técnicos Industriais** com qualificação técnica na área demandada;
- III - Técnicos especializados,** contratados mediante autorização da **diretoria do CFT.**

Art. 16 - A fim de promover a **eficiência e a economicidade** nas atividades de controle, a Diretoria do CFT poderá determinar a **contratação de empresa de auditoria e/ou de profissionais especializados,** obedecidos os parâmetros legais pertinentes.

Seção I

Do comportamento ético dos integrantes da Auditoria Interna

Art. 17 - Os integrantes da Auditoria Interna observarão, no exercício de suas funções, **postura ética e técnica exemplar,** visando:

- I - Evitar** julgamento precipitado e sem base de dados que o justifique;
- II - Interpretar criteriosamente** as distorções e falhas verificadas;
- III - Orientar** os trabalhos **dentro dos princípios** científicos da administração;
- IV - Dar validade** apenas a atos e fatos efetivamente **comprovados;**
- V - Estabelecer regras** de controle para os documentos examinados;
- VI - Guardar sigilo** sobre suas atividades, observada a legislação pertinente;
- VII - Agir com discrição e senso** de objetividade inserindo, quando necessário, suas observações em relatórios;
- VIII - Sugerir** às autoridades a que se submete, por meio de relatório, **medidas pertinentes às suas atividades;**
- IX - Relatar com imparcialidade,** espírito analítico e objetividade, os achados e as recomendações que julgar necessárias; e



X - Revisar e/ou refazer relatórios que tenham causado dúvidas ou ambiguidades.

Seção II

Das obrigações acessórias da Auditoria Interna

Art. 18 - A Auditoria Interna **criará critérios permanentes de atualização**, certificação e aperfeiçoamento profissional visando à qualificação do corpo funcional do **Sistema CFT-CRT's**.

Art. 19 - As **Unidades de Auditoria Interna** eventualmente existentes em **Conselhos Regionais**, sempre que emitirem relatórios de auditoria, **deverão encaminhar** cópias para a **Auditoria Interna do CFT**.

Art. 20 – Os empregados, colaboradores e terceirizados do **Sistema CFT- CRT's**, que, por negligência, imprudência ou imperícia, **causarem** embaraço, **constrangimento ou obstáculo à Auditoria Interna** no desempenho de suas funções institucionais **ficarão sujeitos a penalidades administrativas**, nos termos da legislação em vigor.

Art. 21 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Técnico em Edificações WILSON WANDERLEI VIEIRA

Presidente do CFT